

Estudo de casos e reflexões:

1.No Presídio Estadual de Jardim Itú, foi instaurada a Sindicância nº 002/06, tendo em vista o descumprimento de normas disciplinares do Presídio. No Registro da referida Sindicância, consta o seguinte: “Conforme registro em Livro de Ocorrência deste estabelecimento penal, efetuado pelo Sr. Administrador M.C.T., folha 178, onde consta que o presa N.P. se negou a cortar o próprio cabelo, o que é norma da casa, tendo descumprida a mesma. A profissional, responsável pela disciplina ao tomar conhecimento da situação determinou: Conforme determinação das normas disciplinares da casa a presa deve ficar isolada na própria cela, sem sol e sem visitas até resolver cortar o cabelo, acatando as ordens, permanecendo a disposição da administração até a conclusão desta sindicância”. Você, na posição de hierarquicamente superior, como administradora de tal complexo de jardim Itú, manteria tais ordens? Como procederia? Emita as suas considerações:

2.Célia, assistente social ao verificar o quadro depressivo da presa Amanda, em razão de dificuldades de conseguir receber visitas do pai, único membro da família que possui contato, por intermédio de cartas. Célia sugere e aconselha a presa a receber visita especial, em razão do quadro que vinha se agravando nas dificuldades de se alimentar, de levantar e de sorrir, em razão da morte da mãe, que ocorreu enquanto cumpria pena e das dificuldades de saúde, que foram piorando gradativamente em relação ao pai. Mas os agentes de segurança entendem que o deferimento de privilégios a quem responde por homicídio não os merece, podendo desandar a ordem da casa. Na condição de administradora da casa prisional quais as medidas que entenderá adequada no caso, em exame?

3.Os professores da penitenciária exigem que os alunos compareçam em horários certos e, sobretudo, com assiduidade às aulas; os vigilantes declaram que, por razões de segurança e disciplina não possui o número adequado de pessoal, e, sobretudo, com problemas de ausência dos quadros de funcionários daquele dia, impedem o atendimento da exigência, devendo ser recusada, uma vez que estes motivos têm precedência sobre o dos mestres. Se você estivesse vivenciando tal situação quais as providências que tomaria se fosse da escola e se fosse da segurança. Coloque as duas percepções:

4. Processo de Execução Criminal nº 0000009, Comarca: Pelotas, Apenada: Roberta da Luz. A apenada foi processada por infanticídio e presa por 10 meses. Durante este período ficou separada das demais presas em razão da hostilidade sofrida pelas demais detentas, que não aceitavam o delito praticado por ela. Todavia, em 2011 foi condenada a pena de 05 anos de detenção em regime semiaberto. Ao verificar os autos, constatou-se que era necessária avaliação da EOC em que constou “A periciada comparece para as avaliações em precárias condições de higiene. Tem dificuldades para falar sobre o delito, necessitando ser estimulada. Quanto as suas funções mentais esteve em atenção normovigil e normotenaz, orientada auto e alopsiquicamente, consciência lúcida, memória e sensoperação sem alterações presentes ou referidas. O pensamento é de produção lógica, curso agregado e coerente e conteúdo com ideias de prejuízo. A área afetiva denota escassa modulação e a periciada apresenta uma avaliação crítica comprometida, onde apenas revê os prejuízos pessoais. Sabe-se que possui uma filha de dois anos. Na conduta mantém-se no trabalho interno, sem registrar ocorrências no seu prontuário. Todavia, a conclusão final foi pelo indeferimento da progressão de regime.

Quais os critérios que possam impedir a progressão de regime de Roberta? Coloque as suas ponderações em razão dos requisitos exigidos em Lei e de acordo com os critérios utilizados pela profissional.

5. Maria Lúcia foi condenada por tráfico de entorpecentes, segundo o art. 33, parágrafo 4º da Lei n. 11.343/06 a uma pena de 01 ano e 08 meses de reclusão. Todavia, está presa desde o dia 7.04.20012. Na tarde de sexta-feira uma colega de galeria resolveu tirar as vestes superiores e mostrar na janela da penitenciária, mostrando os seios aos homens que passavam na rua. A administração, ao tomar ciência de tal situação, puniu coletivamente as 06 outras presas que estavam na mesma cela, inclusive Maria Lúcia que estava esperando a progressão de regime. Todavia, em razão da falta cometida, foi instaurado o PAD em relação ao todas que ali cumpriam pena. Pergunta-se: Quais os critérios para a instauração de falta. Maria Lúcia sofrerá as mesmas sanções? Justifique:

6. De acordo com os autos, em fevereiro de 2006 Warlana foi condenada a cinco anos e quatro meses de reclusão, em regime fechado, pelo crime de roubo qualificado. Cumprido um sexto da pena e alegando bom comportamento carcerário, a condenada requereu a progressão de regime para o semiaberto. Mas, de acordo com Warlana, o juiz de execução penal negou o pleito, com o argumento de que ela seria ré em outra ação penal. Contra essa decisão a defesa recorreu ao Tribunal de Justiça de São Paulo e ao Superior Tribunal de Justiça, em ambos os casos sem sucesso. Contra essa última decisão negativa, a Defensoria Pública da União impetrou Habeas Corpus (**HC 99141**) no Supremo, processo que foi julgado pela Primeira Turma nesta terça-feira. Você, ao examinar o caso, como agente penitenciária opinaria a favor ou contra a progressão. Quais os argumentos que utilizaria?